

DOI

Carta aberta: Concessão da
Dívida Externa em Educação
um exigência da Bondade!
Autor: Educopra

2005

CARTA ABERTA

Conversão da Dívida Externa em Educação Uma exigência da sociedade!

A Educafro – Educação e Cidadania de Afrodescendentes e Carentes é uma entidade da sociedade civil que, nascida da experiência dos pobres, negros e indígenas marginalizados e excluídos do direito à educação, tem sistematicamente lutado por uma educação pública e de qualidade para todos os brasileiros, de modo especial para os grupos étnicos minorizados.

Temos compartilhado com outros setores da sociedade a urgência de repensarmos a distribuição dos bens culturais e materiais do país garantindo oportunidades aos brasileiros que sucumbem a uma estrutura social racista que condena o povo negro e indígena à pobreza. Até hoje, passados 117 anos da abolição da escravidão, o negro está em desvantagem perante os brancos em todos os espaços sociais.

A história nos ensina que o fato que levou o Brasil a iniciar sua dívida externa foi a compra de canhões da Inglaterra para destruir o Quilombo dos Palmares matando milhares de negros e indígenas.

A América Latina e a África, através da opressão efetuada pelos países ricos, sofrem ao longo dos séculos com o crescimento de suas dívidas externas que causam situações de extrema miséria na qual os principais atingidos novamente são os negros e indígenas.

Para superar estas desigualdades, é importante conhecer iniciativas já existentes referentes a investimentos educacionais baseados nos quais elaboramos algumas sugestões:

- O exemplo de Cuba, que tem bolsas de estudo para jovens pobres de várias partes do mundo que os países credores aceitem como pagamento o financiamento de bolsas para jovens pobres, afrodescendentes e indiodescendentes do Brasil, realizando seus estudos nos países credores.
- Nossa Entidade e várias outras no Brasil possuem acordo de bolsa de estudos que variam de 50% a 80%, com dezenas de universidades particulares brasileiras;
Que parte da dívida externa seja transformada em bolsa complementar, ligada a um sistema que permita ao bolsista conseguir a integralidade do benefício.
- O Movimento social brasileiro, através do trabalho feito frente ao Ministério da Educação e Cultura, conseguiu criar um programa nacional de bolsas para pobres, Afro e Indiodescendentes chamado PROUNI. *Que os países credores aceitem que parte desta dívida seja transferida em*

bolsa permanência, permitindo o financiamento de transporte, alimentação, moradia e material didático para os jovens portadores desta bolsa diminuindo o número de evasão que já se verifica no ProUni.

- ***As universidades públicas brasileiras precisam expandir seu campo de pesquisa. Que parte desta dívida financie novas pesquisas nas universidades públicas que adotarem ações afirmativas, como forma de ampliar sua qualidade.***
- ***A qualidade da educação do Brasil nas periferias e nas favelas apresenta um quadro de escola pública com equipamentos insuficientes, especialmente no campo de informática. Que a dívida externa brasileira crie possibilidades de curso de computação e de internet, em todas as escolas da periferia e nas favelas do Brasil.***

A sociedade está amadurecendo seu reconhecimento quanto outra forma de dívida, àquela oriunda dos 388 anos de escravidão dos negros no Brasil. Sensível a isto, o Ministério Público Federal de São Paulo está discutindo a reparação à população negra por meio de consulta pública, visando propor ação jurídica cabível. Que a dívida externa seja usada para indenizar os descendentes de escravos ainda compondo todos os índices de exclusão de todas as estatísticas brasileiras.

A dívida que todos nós, cidadãos e governos, grupos sociais ou nações, temos com os descendentes dos povos escravizados é inadiável. Já deveria ter sido paga. Defendemos uma ação afirmativa com recorte social e étnico neste estudo e futuro trabalho de conversão da dívida externa em investimento na educação voltada para as vítimas da escravidão.

O IPEA - Instituto de Pesquisa Econômicas e Aplicadas nos alerta que desde 1929 a desigualdade de anos de estudo entre brancos e negros, continua inalterada, pelo fato de não haver esta ação afirmativa. Uma parcela do investimento em educação que será decorrente do perdão da dívida possa ser canalizado para compor o Fundo Financiador de políticas públicas proposto pelo ESTATUTO DA IGUALDADE RACIAL, em discussão no Congresso Nacional.

EQUIPE EDUCAFRO

2005